

**HERMENÊUTICAS SOBRE EDUCAÇÃO CRÍTICA E RECONHECIMENTO
POLÍTICO DA SUBJETIVIDADE TRANS**

***HERMENEUTICS ON CRITICAL EDUCATION AND POLITICAL
RECOGNITION OF TRANS SUBJECTIVITY***

***HERMENÉUTICA SOBRE LA EDUCACIÓN CRÍTICA Y EL
RECONOCIMIENTO POLÍTICO DE LA SUBJETIVIDAD TRANS***

Adelma Pimentel

adelmapi@ufpa.br

Doutora em Psicologia

Vice coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da
Universidade Federal do Pará

Davi Miranda

davimiranda221@gmail.com

Mestre em Psicologia

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Este escrito é um ensaio hermenêutico sobre alguns reguladores da subjetividade trans, abordando contribuições da educação crítica, da psicologia, dos conceitos de ajustamento criativo, de reconhecimento, da *linguagem inclusiva* e da manifestação pela arte musical de três personagens da cena brasileira. Consideramos o nome de uma pessoa no registro de nascimento, o nome artístico e a performatividade não binária como chaves de identificação subjetiva e social conexas a vivência de si mesmo. Concluímos que o autorreconhecimento e o reconhecimento social transcendem a referência heteronormativa de gêneros, “borrando” fronteiras. Ambos são marcadores da subjetividade trans que permeiam o reconhecimento da diversidade humana e do direito de ser quem se é.

Palavras-chave: Educação crítica. Reconhecimento. Transexualidade. Subjetividade.

ABSTRACT

This writing is a hermeneutic essay on some regulators of trans subjectivity, addressing contributions of critical education, from psychology, the concepts of creative adjustment, recognition, inclusive language, and the manifestation through musical art of three characters from the Brazilian scene. We consider the name of a person in the birth record, the artistic name, and non-binary performativity as keys of subjective and social identification related to the experience of oneself. We conclude that self-recognition and social recognition transcend the heteronormative reference of genres, “blurring” borders. Both are markers of trans subjectivity that permeate the recognition of human diversity and the right to be who one is.

Keywords: Critical education. Recognition. Transsexuality. Subjectivity.

RESUMEN

Este escrito es un ensayo hermenéutico sobre algunos reguladores de la subjetividad trans, abordando aportes de la educación crítica, psicología, los conceptos de ajuste creativo, reconocimiento, lenguaje inclusivo y la manifestación a través del arte musical de tres personajes de la escena brasileña. Consideramos el nombre de una persona en el acta de nacimiento, el nombre artístico y la performatividad no binaria como claves de identificación subjetiva y social relacionadas con la experiencia de uno mismo. Concluimos que el autorreconocimiento y el reconocimiento social trascienden la referencia heteronormativa de los géneros, “difuminando” las fronteras. Ambos son marcadores de la subjetividad trans que permean el reconocimiento de la diversidad humana y el derecho a ser quien se es.

Palabras clave: Educación crítica. Reconocimiento. Transexualidad. Subjetividad.

INTRODUÇÃO

Este texto se configura como um ensaio sobre alguns elementos que estão presentes nos processos de subjetivação de transexuais, a partir de uma hermenêutica do reconhecimento, do conceito de ajustamento criativo baseado no pensamento gestáltico e de uma concisa reflexão sobre gênero, sexualidade e educação. Os pontos demarcados sustentam as ponderações relativas a pessoa trans. Para cumprir o objetivo, examinamos estudos de autores da psicologia brasileira, como, por exemplo, a dissertação de Magda Maria Borges (2019), intitulada *A psicologia brasileira na regulação da sexualidade: considerações sobre sua inserção no contexto da educação sexual*; o livro de Teixeira Filho et al. (2013), intitulado *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea*; a monografia de Priscila Cristina Zambrano (2022), que se vale da perspectiva Sociolinguística para compreender os dinamismos da língua aplicada para além do padrão masculino, usualmente usado na escrita e na oralidade.

Encadeamos as bibliografias examinadas com as descrições de três personagens da cena musical brasileira, retiradas dos sites que anunciam os trabalhos artísticos delas: Gloria Groove, nascida em São Paulo, cantora, *rapper*, compositora, *drag queen*, atriz (DEEZER, 2021); Pabllo Vittar, maranhense, cantora e *drag queen* (VITTAR, s.d.); e Liniker, paulista, cantora, compositora, atriz e artista visual (EDITORES DA ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2021)

Pela arte, as cantoras se tornaram conhecidas, bem como afirmam sua inserção social no mundo em que trabalham; seu trânsito comunicativo é especializado, dirigido a públicos que se identificam com as teses contidas em suas músicas e com a reinterpretação dos símbolos, referências identitárias e fenótipos dos gêneros masculino e feminino. Ademais, a representação social que transmitem inclui os significados e as lutas para obter reconhecimento

público e emissão da própria obra (RICOEUR, 2006; PIMENTEL, 2008, 2011; PIMENTEL; CASTRO; MIRANDA, 2018).

De acordo com Lopes (2021, p. 3), “A contemporaneidade nos trouxe uma representação política e militante por meio da arte drag, possibilitando identificá-la em boates temáticas, na televisão com as cantoras Pablo Vittar e Gloria Groove, utilizando do seu espaço de fala para levar adiante questões de importante discussão sobre preconceito e intolerância”.

Levando-se em conta que a identidade se configura entre o particular e o público, Gloria Groove, Pablo Vittar e Liniker são bastante conhecidas, contudo, ao perguntarmos sobre Daniel Garcia Felicione Napoleão; Phabullo Rodrigues da Silva e Liniker de Barros Ferreira Campos, muitas pessoas não saberão responder quem são, já que estes nomes contidos no registro de nascimento não são corriqueiros na esfera pública. Com este preâmbulo, situamos que o nome de uma pessoa no registro de nascimento é a primeira chave de identificação social no mundo da vida, que norteia a vivência de si mesma; já o nome artístico amplia o reconhecimento dentro e fora das mídias massivas e pós-massivas. Portanto, a arte publicizada expande o mundo pessoal, permitindo-nos transcender a localidade, em que habitamos privadamente e onde somos menos “visíveis”.

No que concerne a ampliar vínculos entre o reconhecimento privado e o público da subjetividade, em suas múltiplas dimensões, valemo-nos da intervenção em Psicologia Clínica Fenomenológica Existencial Gestáltica. Com elas, enfrentamos as formas de violência simbólica e física, que impedem as pessoas *trans* de serem consideradas inspiradoras para outros e inseridas nas esferas de poder. Compreendemos que na vivência trans, o feminino e o masculino formam uma polaridade indissociável no processo de configuração da subjetividade não alinhada aos códigos heteronormativos.

Metodologicamente, realizamos um ensaio com aporte metateórico, focando aspectos da regulação das sexualidades trans, sem *encaixe* na camada heterossexual, masculina e branca, bem como de possíveis *performances* que contribuam para a desarticulação das “invisibilidades”, entendidas como formas de restringir os posicionamentos que favoreçam que os sujeitos se tornem referência identitária a ser imitada por jovens (BARROS, 2011).

Fundamentamos as análises no contexto epistemológico da hermenêutica do texto, destacando o conceito ricoeuriano de reconhecimento para ponderar a afirmação da pessoa trans; o direito de ser quem é vivendo, eticamente uma *vida boa*, conforme proposta em Paul Ricoeur (2006). Na proposição sobre ética, o filósofo delineou que o “justo” ocorre nas dinâmicas institucionais, sendo o “bem” comum resultante das práticas de solidariedade coletivas. Por sua vez, Andréa Santos Souza (2013, p. 29-30) pondera que a ação ética ocorre naquilo que esolhemos, “O *como*, também *qual* felicidade pretendemos alcançar, ou desejar o fim e definir os meios para alcançá-lo. O fim almejado é maior que os meios usados para atingi-lo e não pode, ser por esses limitado”.

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO

A subjetividade psicológica é constituída por múltiplas dimensões, entretanto, nas sociedades neoliberais, há um ressaltado constante do componente sexualidade, com a justificativa limitada de reprodução e conservação da espécie humana, associada ao casal heterossexual. Na perspectiva de Borges (2019, p. 14), é “Uma consequência da relação de consumo [...], agenda da economia hierarquizada das necessidades individuais e sociais”. Outra derivação neoliberal é que, enquanto norma veicula a essencialização da ética. Neste sentido, Tolentino (2017, p. 143) ressaltado que:

A ética neoliberal se expande por todos os domínios da existência propondo que se trabalhe o eu de modo a aumentar a eficácia da relação com o outro. Para tal, existe uma profusão de técnicas (*coaching*, programação neurolinguística, análise transacional) que propõe uma transformação dos indivíduos visando adaptá-los melhor à realidade. O modelo parte do princípio que se o indivíduo é consciente e efetua suas escolhas livremente, deve ser responsável por tudo o que lhe acontece, e, desta forma, lança o peso da competitividade – e seus riscos – exclusivamente sobre ele. Assim, os problemas econômicos são tratados como problemas relacionados a uma falta de domínio de si mesmo e de sua relação com os outros.

No mundo, as essencializações da subjetividade são fortemente criticadas por movimentos sociais civis organizados, compondo, nas últimas décadas do Século XXI, um pujante enfrentamento. Consideramos que a promoção da resistência se realiza por meio de diálogos entre projetos educacionais e as diversas teorias psicológicas de abordagem crítica da subjetividade para o processo de reconstituição da sociedade, em que cientistas, pessoas e grupos “São convocadas a repensarem suas vinculações com as instâncias de dominação” (BORGES, 2019, p. 14).

Zambrano (2022, p. 15) abordou a linguagem inclusiva, ressaltando a qualidade da variação na linguagem em virtude do seu caráter de vida. Realizou críticas ao “discurso homogeneizador” adotado pelo estado conservador, afirmando:

Ao compreendermos as diversas possibilidades de uso da língua, evitamos a propagação de discursos preconceituosos diante de um cenário suscetível à presença das mais variadas formas. Entender, que o processo linguístico ocorre simultaneamente às transformações sociais de uma comunidade sugere que busquemos apreender as correlações existentes entre língua, sociedade e identidade(s).

No âmbito da contribuição da linguagem à desconstrução dos reguladores da subjetividade e da sexualidade *queer*, a categoria “linguagem inclusiva” abrange as demais formas de protrusão, ao adotar-se uma linguagem que representa marcadores gráficos, palavras femininas e expressões genéricas: “@”, “x” ou “-e”. Pela interseccionalidade, há uma relação entre o uso de uma linguagem e as percepções sobre o próprio gênero. A respeito disso, Zambrano (2022, p. 31) destaca:

Enquanto o sistema de gênero gramatical privilegia a bipartição feminino/masculino e estanca outras expressões e identidades de gênero, o sistema linguístico de gênero possibilita que falantes se refiram a si próprios da maneira como lhes convier, inclusive por termos considerados apropriados para o sexo oposto, na tentativa de demonstrar falta de afiliação.

Na esfera das desconstruções dos essencialismos, confirmamos a importância do uso cotidiano da linguagem inclusiva. Conforme Zambrano (2022, p. 78-79):

Os xis da questão, quanto à linguagem inclusiva, então, não são a suposta rasura no sistema linguístico, a proteção da língua portuguesa, muito menos a aparente preocupação a médio-longo prazo com as questões históricas da mesma. O grande xis da questão se refere à forma como a língua é interpretada pelos seus usuários, à diversidade de uso intrinsecamente relacionada à identidade dos sujeitos. O grande xis da questão é político. Ideológico. É particular. Vemos, hoje, arguições que se amparam na (hipotética) imutabilidade linguística para validar discursos de ódio, discursos machistas e LGBTQIA+fóbicos; ao negar ou atacar a linguagem inclusiva, ataca-se, na verdade, aqueles que a pleiteiam. Apaga-se sua existência. Propor uma adaptação na língua não é propor uma neutralidade. Não existe neutralidade na língua, nem no indivíduo.

Retomando o diálogo com nossos personagens, situamos Gloria Groove lado a lado de Daniel Garcia Felicione Napoleão; Pablllo Vittar com Phabullo

Rodrigues da Silva, e Liniker com Liniker de Barros Ferreira Campos – assim, temos os nomes de batismo, as designações escolhidas (por alguém, mãe ou pai, tia etc.) para o bebê; e, posteriormente, a inclusão das escolhas dos nomes das cantoras para existir intencionalmente no mundo da vida.

A respeito do nome de batismo e da qualificação escolhida para si, ambos amplificadores de identificação nos permitem compreender que, a atribuição de um nome e um sobrenome a uma pessoa constitui-se como uma primeira forma de reconhecimento do sujeito no mundo. É por meio da qualificação que adquirem uma designação civil, um gênero, uma linhagem, sendo reconhecida a sua existência, por meio do registro civil.

Em algumas famílias, o ritual se completa pela realização da cerimônia de batismo perante a igreja. Enquanto o segundo processo de identificação inaugura a inserção de Glória Groove, Pablllo Vittar e Liniker na cena artística, sendo compreendido como a exteriorização de uma identidade dissidente, desvinculada da normatividade de gênero, das convenções sócio corporais, criando uma nova existência, autônoma e independente, como um *alter ego*.

O conjunto das nomeações é permeado por complexas tramas, implicadas nos percursos de vir a ser sujeito, sobretudo quando a sexualidade não hegemônica é tornada referência para ataques a pessoa singular, julgamentos morais e médicos, mantendo a regulação heterossexual como medida dos processos de subjetivação. As artistas e o artista ao apresentarem-se com outra nomeação auto aplicada erigem a chama viva de uma atuação de resistência à regulação da subjetividade e do desejo pela sociedade do capitalismo neoliberal.

SUBJETIVAÇÃO, EDUCAÇÃO E DESCONTROLE DA EXISTÊNCIA E DOS CORPOS

Passemos à problematização da identidade cultural no campo da regulação da subjetivação da sexualidade (SILVA; HALL; WOODWARD, 2013). Em Jayme (2002), apresenta-se os conceitos de *homogeneização cultural* referindo-se às múltiplas maneiras de se lidar com espaço, tempo e com a mediação da comunicação pela via da internet e das tecnologias de informática; e de *supermercado cultural* para ressaltar o consumo, já que em *megastores* se vende tudo. Em alusão a estética, tem-se conteúdos diversos com produção variada: da precária, com uso do celular que tem câmera de vídeo; até a rica, mostrando recursos técnicos pujantes. Ambos os produtos gerados pelos equipamentos tornam as pessoas personagens que vendem a si mesmas. Os shows são transmitidos em canais no *YouTube*; nos programas de viagens, de culinária, *lives* sobre qualquer assunto etc.

Jayme (2002, p. 13) observa que as identidades no mundo atual se caracterizam pela abertura, mutação, diferença etc:

Se a formulação das identidades se dá numa construção e reconstrução constante, a ideia de uma identidade única e permanente, é que, ao que parece, vem se perdendo. É interessante como travestis, transformistas, transexuais e *drag-queens* são emblemáticos para pensar essas questões. Esses sujeitos são diferentes entre si e fazem questão de demonstrar suas distinções. Por outro lado, se aproximam no que se refere à intervenção corporal e aos efeitos dessa intervenção na redefinição de gênero. Esta ação redefinidora de masculinidade e feminilidade enfatiza uma interpretação de gênero como cultural e processual. Assim, por mais que “se montem” com o objetivo de se parecer uma mulher, não querem ser mulher¹, mas travesti, transformista ou *drag-queen*. Os dois últimos, “de dia” são homens. “Brincam” com a possibilidade de performances de gênero. Os travestis são travestis a qualquer momento, mas não querem se tornar mulheres, nem homens.

Sobre os processos de subjetivação de Daniel (Glória Groove) e Phabullo (Pablo Vittar), conjecturamos que manifestam uma reivindicação de

gênero masculino, mesmo que, a partir de uma construção contra hegemônica e não normativa; e Liniker se insere na mídia, por meio de uma construção não binária de gênero, e ao longo do tempo, ressignifica-se a partir de uma *mulheridade* trans.

Os enredamentos da problematização nos mostram que a compreensão da sociedade, em geral, é permeada por sentimentos de uma certa “intranquilidade” a respeito destas duas construções, pois ambas desalojam o “conforto” do pensamento binário (TOLENTINO, 2017). Em síntese, repercutimos que a expressão *Drag Queen* alude a uma composição em que a subjetividade artística não interfere na subjetividade psicológica dos sujeitos que, em contexto privado, desmontam-se dando lugar ao *alter ego* de seus intérpretes. Conforme Chidiac e Oltramari (2004, p. 471), “Ser *drag* associa-se ao trabalho artístico, pois há a elaboração de uma personagem. A elaboração caricata e luxuosa de um corpo feminino é expressa através de artes performáticas como a dança, a dublagem e a encenação de pequenas peças”.

Já as travestis e mulheres *trans* reivindicam política e socialmente uma identidade de gênero feminina vivenciada no dia a dia. Diversamente das primeiras, a experiência da travestilidade e da transgeneridade relaciona-se à construção biopsicossocial de suas subjetividades.

Não é pauta deste texto, mas é necessário registrar que, ao mencionar as mudanças presentes nos jogos identitários acima citados, refutamos qualquer alusão hermenêutica a ideia de transtorno de personalidade e/ou patologização da nossa abordagem. Logo, afastamo-nos das ponderações científicas no campo da sexualidade que, implicam em construir a lógica de emboque das pessoas nas camadas mulher e homem heterossexuais, “feitos um para o outro”, semelhante ao “concavo e ao convexo”, uma alegoria musical de cunho conservador.

GÊNESES

Seguimos explanando elementos históricos acerca do campo de estudo das *transexualidades*, atrelado aos estudos de gênero e sexualidade, constituído desde os anos de 1950, e que toma impulso com a crescente visibilidade política e social dos movimentos organizados de homens e mulheres trans, pela popularidade de militantes transmasculinos e transfemininos nas redes sociais virtuais, bem como pela apropriação da temática pelas mídias (BENTO, 2005; MONTE, 2012).

Muitos são os conceitos de transgênero, um termo guarda-chuva para abarcar identidades de gênero divergentes das identidades “tradicionalmente” construídas de homem e mulher. Para Bento (2005, p. 42), as explicações sobre a gênese da transexualidade e seu tratamento englobam “Duas vertentes de produção de conhecimento: o desenvolvimento de teorias sobre o funcionamento endocrinológico do corpo e as teorias que destacaram o papel da educação na formação da identidade de gênero”.

Assim, nos anos de 1973, a transexualidade passou a ser nomeada de “disforia de gênero” por John Money, estabelecendo a lógica da clausura da sexualidade em uma adjetivação patológica que requer tratamento de saúde física e mental. Foram elaborados os suportes para “Diagnosticar o ‘verdadeiro’ transexual” (BENTO, 2005, p. 43).

No posicionamento crítico de Jesus (2014, p. 243), temos a conceituação do termo “Transfeminismo, surgido no contexto do movimento intelectual e político da população transgênero – composta majoritariamente por travestis e mulheres e homens trans – norte-americano. Rediscute a subordinação morfológica do gênero (construção psicossocial) ao sexo (biologia)”. Quanto à vivência, o uso do termo transgênero indica diferentes modos de autopercepção e autodescrição. Por exemplo, uma mulher

transgênero é alguém, cujo sexo atribuído no nascimento foi masculino, mas se identifica como mulher.

Todas as questões postas até aqui requerem acrescentar outros argumentos ao universo da construção dos processos de subjetivação e dos corpos trans. A subjetividade começa a ser desenhada, antes do nascimento, já que, na gravidez, os casais heterossexuais e homoafetivos (as mães ou os pais) começam a comprar símbolos associados ao sexo do bebê. Tais procedimentos se intensificam na infância e adolescência, quando se acionam cobranças de adoção de outras alegorias de poder conexos à figura masculina.

Em relação à corporeidade, há uma série de prescrições para o homem trans adentrar no universo físico e simbólico dos homens heterossexuais, por exemplo, promover mudanças corporais como a ingestão de hormônios, usar sapatos e roupas, cortar o cabelo, modular a voz, buscar ter um pênis sob a roupa, realizar a cirurgia de transgenitalização ou redesignação sexual (para adequar a aparência física ao seu sexo psicológico). O conjunto destes procedimentos envolve um profundo e doloroso processo de ressubjetivação para adequação a “naturalização” do masculino hegemônico.

Deste modo, asseveramos que perguntar sobre a identidade transmasculina implica desvelar múltiplas determinações sobre a subjetivação masculina. Emitir respostas requer conhecer e avaliar os tipos de determinantes envolvidos na deliberação cultural da vinculação “fixa” da concepção de masculino ao corpo do homem: a) predicativos da ordem genética, anátomo-fisiológica, ou seja: ter pênis, cromossomos XY, hormônios sexuais, testosterona, massa muscular, mais presença de pelos, incluindo barba; b) comportamento de gênero, em que se desvincula emoção de razão, com evitação pública de demonstrações de sentimentos e afetos.

Pimentel (2011) mencionou que ser homem no século XIX significava “não ser mulher”, mas jamais ser homossexual. Portanto, a forma de se vestir,

de andar, a maneira de se comportar, a entonação de voz eram caracteres que os distinguiam. Assim, usualmente, a identidade masculina estava “presa” ao homem e balizada pela biologia. Contudo, Pimentel (2008) afirma que a vivência é um fundamento ontológico para a condição identitária. Deste modo, homens e mulheres se tornam sujeitos na e pela convivência com outros homens e com mulheres, ao apreenderem os suportes da *permanência no tempo*, ou seja, as disposições e os hábitos presentes nas comunidades, que favorecem compor identificações pessoais e sociais. Portanto, “A identidade de uma pessoa e de uma comunidade é feita dessas *identificações-com* valores, normas, ideias, modelos, heróis, nos quais a pessoa, e a comunidade se reconhecem” (RICOEUR, 1991, p.147).

No que tange à expressividade *Drag*, podemos dizer que a performatividade se coloca na contramão da expectativa de gênero, uma vez que é construída a partir de bases referenciais femininas na construção estética de seus personagens, mas que também expressam a dualidade de uma leitura corpórea andrógina. A “montação” da *drag* renega aos signos sociais da masculinidade ao dissimular o corpo másculo – através de *collants*, perucas, próteses, vestidos e maquiagem – e constrói uma nova persona, criada e tornada viva a partir de características exageradamente femininas.

Chidiac e Ultramari (2004, p. 473) asseveram que:

As *drags* ressaltam suas características caricatas que lhes permitem a utilização dos mais diversos e variados acessórios na constituição de suas personagens feminino-masculinas. A imagem de uma *drag queen* vem sempre associada aos conceitos de beleza, sedução e vaidade. Ao se constituírem *drags*, os sujeitos passam por um longo processo de transformação, buscando um “outro” não acessível, senão por meio de sua montaria. Esta se refere ao ato de constituir a personagem feminina com adereços, nome próprio e características femininas. Os sujeitos, quando montados de *drag*, unem, em um único corpo, características físicas e

psicológicas de ambos os gêneros, sendo e estando masculinos e femininos ao mesmo tempo, em um jogo de composição de gêneros que questiona a rigidez do conceito de identidade.

Completamos esta seção com Pimentel, Castro e Miranda (2018), que se baseiam em Heidegger (2013) para avaliar que o reconhecimento da condição identitária *trans*, no contexto das intervenções públicas em saúde, requerem políticas que se fundamentem no princípio ontológico de que somos ser-com-os-outros. Neste ponto de vista, iniciamos o percurso da superação da indiferença ante a dor e o sofrimento do outro, passando a prática da solicitude legítima que ocorre nas relações inter-humanas.

CAMINHOS E TRILHAS EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Os esforços de pesquisadores brasileiros para superar a visão de uma Psicologia alinhada ao *status quo* se aproximam dos estudos *decoloniais*, diferenciando os conceitos de estudos *subalternos* e *pós-coloniais*. Pereira et al. (2022, p. 187) afirmam que:

O eurocentrismo epistêmico influencia o modo de pensar sobre a personalidade, cognição, desenvolvimento, psicopatologia e as áreas aplicadas da psicologia e é nesse sentido que se objetiva aproximar as discussões decoloniais às bases epistemológicas da psicologia, principalmente por entender que uma racionalidade colonial produz um ideal e nega as existências de outros saberes periféricos que compõe subjetividades e constroem histórias.

No campo da educação, Pereira, Pereira e Feldens (2021, p. 8) consideram que “As políticas públicas educacionais devem buscar a implementação de estratégias e ações para a promoção da equidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Salientam, que a sexualidade atualmente é vista como um problema de saúde pública”. Em um

enfoque da abordagem gestáltica, valemo-nos do conceito de ajustamento criativo para a compreensão da subjetividade trans. O termo significa atualização do contato que o indivíduo mantém na fronteira organismo/ambiente, objetivando sua autorregulação sob diversas condições (PERLS, 1997).

D’Acri, Lima e Orgler (2007) recomendam atentar que o ajustamento criativo não é uma mera adaptação a algo que já está aí, posto, mas o processo de transformação do indivíduo oriundo da transmutação do ambiente que, ao modificar, o indivíduo também se transforma e é transformado.

O ajustamento criativo pode suplantar os amoldamentos conservadores desenvolvidos pela pessoa trans, permitindo-lhe desenvolver outros métodos para atuar no mundo de forma a se manter ativa e responsável, superando as disfunções de contato e as exclusões sociais determinadas pela heteronormatividade.

No circuito da Psicologia Social, Dolores Galindo (2013, p. 43) ilustra alguns dos caminhos para o colóquio com os estudos *queer-copyleft*. O termo *queer-copyleft* é usado para referir-se a dimensão “Ontológica das práticas de coletivos que visavam não apenas personalizar o corpo por meio de novos aditivos, mas desterritorializá-lo, não o subordinando às prescrições”. *Copyleft* deriva do “Movimento de cultura livre, com a propulsão dos trabalhos de Richard Stallman foram criadas várias licenças que permitem a cópia e livre distribuição de produtos culturais” (GALINDO; MÉLLO, 2010, p. 240). Consideramos que o termo nos permite compreender a inserção social e as rupturas identitárias vividas por Glória Groover, Pablo Vittar e Liniker.

Ainda que não sendo objeto de nossa problematização, entendemos necessário situar o redimensionamento semântico do termo “ontologia” apontado por Galindo (2013, p. 45), cujo sentido foi deslocado do “estudo do ser” para uma “Acepção foucaultiana, referindo-se aos modos de viver que

adquirem condições de existência; diz respeito àquilo que fazemos de nós mesmos”.

Galindo (2013, p. 43) prossegue afirmando o seguinte:

Nomeamos tais práticas como *piratarías de gênero*, por indicarem agenciamentos que atuam na desorganização das fronteiras e no estabelecimento de outras combinações entre fluxos semióticos, informacionais e biológicos. As fronteiras são sempre virtuais: as criamos e recriamos para vivermos. Inserimo-nos na imaginação fabulativa *queer* voltada às ontologias variáveis do contemporâneo que não podem ser homogeneizadas por um decretado fim das dicotomias. Como recurso para fabulação, recorreremos às figurações que deslizam entre o literal e o fictício, sem que encontrem fixidez. Figurar é um dos principais recursos de experimentação desenvolvidos por Donna Haraway.

Peres (2013, p. 57) elucida a fundamentação histórica do colóquio entre a Psicologia Social e a perspectiva *Queer*:

O termo *Queer* é um verbo, indicado a ideia de “*Queering*”; remete a todas as expressões existenciais que rompem com os imperativos da norma; se apresenta como expressão humana em construção permanente, como processualidades, como devires em ação, sempre múltiplo, heterogêneo e polifônico; aproxima-se de uma perspectiva nômade de composição com a vida; se apresenta como uma crítica à identidade.

Curado e Jacó-Vilela (2021, p. 13) apontam elementos históricos contidos em pesquisas do campo psicológico sobre o conceito de gênero no período de 1980-2016, concluindo que: “As discussões identitárias da sexualidade e gênero que abordam as teorizações de gênero da terceira onda, como a teoria *queer*, transexualidade, cisgeneridade, transfeminismo, intersexualidade, masculinidades etc., são mais escassas e bem recentes”.

Nas anotações sobre nossa concepção de educação crítica, destacamos que, no Brasil, o “discurso antigênero” proferido por latifundiários,

armamentistas, igrejas católicas e neopentecostais veicula a busca da manutenção do poder de representar e governar o Estado, em suas três esferas de organização e usufruir da riqueza do País. Seus pontos-chave são a Teologia do Corpo, o Estado mínimo, a Economia de Mercado e os parâmetros contidos no Plano Nacional da Educação 2014-2024; a Escola sem Partido etc. (BRASIL, 2014, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

No contraponto metateórico, sem o ranço das classificações de afiliação a um discurso linear, buscando apreender a complexidade dos fenômenos estudados, incluindo algumas teses compostas por Antonio Gramsci (2017, p. 17), em que realizou uma “História dos intelectuais como história da cultura”, apontando o critério de buscar informações “No conjunto do sistema de relações no qual as atividades se encontram no conjunto geral das relações sociais”. Um dos significados desta proposição é a abrangência necessária dos transexuais masculinos na compreensão das relações entre saber e poder imanentes aos seus campos geográfico, social, econômico e psicológico.

O autor discorreu sobre as funções de “organicidade” e “hegemonia” em vários países:

Na América do Sul e Central, a questão dos intelectuais deve ser examinada levando-se em conta as condições fundamentais: inexistente uma ampla categoria de intelectuais tradicionais, encontramos na base do desenvolvimento os quadros da civilização espanhola e portuguesa dos séculos XVI e XVII, caracterizada pela Contra-Reforma e pelo militarismo parasitário. As cristalizações ainda hoje resistentes nesses países são o clero e uma casta militar, duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole europeia. A composição nacional é muito desequilibrada mesmo entre os brancos, mas complica-se ainda mais pela imensa quantidade de índios, que em alguns países formam a maioria da população (GRAMSCI, 2017, p. 28).

O que nos chama atenção na proposição sobre as Américas é que ela permanece atual. Os intelectuais orgânicos podem servir a projetos hegemônicos de Estado ou a projetos de libertação da população “subalterna”. Podemos concluir que, no Brasil, grande parte da ação intelectual está ainda alinhada a hegemonia do colonialismo que manteve a escravidão dos anos de 1535 até 1888; e do capitalismo neoliberal, enraizando no país práticas de violências física e simbólica que se estendem, em vários níveis e gradações, amplamente e sem comparações, às populações de mulheres pretas e transmasculina (BENTO,2005).

PELO RECONHECIMENTO, OS SUJEITOS AFIRMAM O DIREITO DE SER QUEM SÃO

A produção de discursos jurídicos, médicos e psicológicos ainda se encontra sob o domínio, regulação e controle da corporação médica, farmacêutica e da sociedade cissexista, que, por muitas vezes, orienta-se por meio de um ponto de vista patologizante tomado como “verdade” irrefutável, acirrando desigualdades e tutelando a existência das pessoas “trans” a uma atestação heteronormativa, portanto, é fundamental que na área de saúde, particularmente na Psicologia sejam revistos os princípios de atestação a população “trans”.

Nós tomamos por base a ontologia do reconhecimento elaborada em Paul Ricoeur (2006), que problematiza o reconhecimento dos sujeitos, situando-o em três instâncias, que se desenvolvem seguindo um percurso: a) O Reconhecimento como identificação; b) O Reconhecimento de si (ou autorreconhecimento); c) O reconhecimento mútuo. Faz uma análise lexicográfica do vocábulo reconhecer, dela separamos os significados para a palavra-ato: reconhecer é apreender (um objeto) pela mente, pelo pensamento, relacionando entre si imagens percepções que se referem a

ele; é aceitar um fato como verdadeiro (RICOEUR, 2006, p. 22-23).

Nosso ponto de vista é que na experiência da construção da identidade trans, podemos considerar que estes significados dão sentido à vivência, pelo favorecimento da *epifania de gênero*, uma categoria apresentada no artigo *Crianças trans: memórias e desafios teóricos* por Jesus (2013), no qual se refere ao momento em que uma pessoa trans toma consciência de sua transgeneridade.

O segundo sentido de reconhecimento, descrito por Ricoeur (2006), que articulamos a experiência, pode ser compreendido como o momento em que a pessoa *transmasculina* busca atestação de suas percepções de gênero em construtos socialmente validados de masculinidade, por exemplo: na reconfiguração da corporeidade, nos comportamentos e no vestuário, transcendendo o simbólico naturalizado socialmente como masculino heterossexual.

O reconhecimento suplanta o desconhecimento, ou seja, favorece a integração emocional e social da pessoa que vivenciou sofrimento humano, ao longo do seu desenvolvimento pelo desconhecimento ao seu direito a ser quem sentia que era. Também pela inserção em movimentos sociais, artísticos; por meio de cursos de pós-graduação para acumular cultura e conhecimento denso, que permita atualização existencial, científica e política, logo, uma pessoa trans conjuga os suportes pessoais e a rede de suportes afetivos, sociais e econômicos.

Em consequência, percorre seu caminho de reconhecimento como identificação do seu lugar efetivo no mundo. Do autorreconhecimento estabelece o reconhecimento de si com um processo de subjetivação que se diferencia daquele de uma pessoa heterossexual. Obtém o reconhecimento mútuo como noção política, na qual o sujeito se situa como pertencente a

sociedade mais ampla e, concomitantemente, a uma camada de sujeitos que lutam para vivenciar o reconhecimento social.

De acordo com Borges (2019, p. 17), “A sexualidade é tão importante como qualquer outra dimensão ontológica do ser humano e não deve ser abordada somente aos fatores biológicos, mas associada e construída de acordo com as condições históricas, sociais, econômicas e culturais de uma sociedade”. Portanto, no processo de desregulamentação da heteronormatividade não basta o legislador elaborar leis, programas e planos que mantêm a cisão público/privado no que concerne à circulação e inserção política dos homens trans. Ao desvelar o sigilo da sua admissão em ambientes de lazer, diversão e exploração da sua sexualidade contribuimos para as rupturas.

Por fim, a desarticulação das “invisibilidades” requer o envolvimento do âmbito da educação escolar, nomeadamente na atualidade, em que se torna um veículo de movimentação dos conservadorismos antigêneros, bem como da tentativa de imputar a categoria ideologia de gênero em substituição aos estudos científicos de gênero, que formam um conjunto de pesquisas e bases teóricas consolidadas para os estudos da diferença e da diversidade. No âmbito das ações normativas institucionais, o Conselho Federal de Psicologia, no dia nacional da *Visibilidade de Travestis e Transexuais* (29/1) publicou a Resolução 01/2018 que “orienta os profissionais da Psicologia a atuar, no exercício da profissão, de modo que as travestilidades e transexualidades não sejam consideradas patologias” (CFP, 2018).

HORIZONTES

Construímos uma argumentação não linear para evocar reflexões sobre a sociabilidade e a subjetivação trans, principalmente dos acontecimentos

temporais e históricos que negam sua cidadania e expressividade. A tarefa de desconstrução dos enquadres da sexualidade requer uma concepção de educação em prol do esclarecimento, bem como diálogos com pais, cuidadores, filósofos, educadores, psicólogos, líderes de movimentos sociais para reorganizar nossa formação cultural e agir ético.

O desenho do horizonte teórico foi realizado pela hermenêutica dos processos de subjetivação; educação; corporeidade; gêneses; trilhas em Psicologia; e o Reconhecimento como fundamento da livre circulação das identidades.

Compreendemos que tanto Liniker, quanto Glória e Pablllo se identificam a partir de expressões femininas descoladas do cisgênero. Os gêneros feminino e masculino em uma abordagem fenomenológica, hermenêutica existencial e *decolonial* dialogam e subvertem as representações geométricas do quadrado e do círculo, pois a existência como vivência e relações constitui um tecido vasto, complexo e integrado; muito mais que o significado determinado pelo escopo binário aplicado a vida.

Na atualidade, a Psicologia Social e a Clínica abriram fendas na produção do conhecimento baseado na visão hegemônica de sexualidade, identidade e gênero, graças aos esforços conjuntos de pesquisadoras e de movimentos sociais. A exemplo, temos os estudos decoloniais e do Sul que enfatizam a valorização das narrativas e linguagens latinas e brasileiras.

Concluimos lembrando a necessidade de ampliar o horizonte tematizado nesta escrita, bem como as lutas e ações de resistência dos movimentos acadêmicos e sociais, e de reconhecimento societário da diversidade. A relevância social deste texto permite somar nossa argumentação a outros textos, performances, crônicas, poesias e filmes em prol da renovação das relações inter-humanas pelo agir, pelo sonhar, amar e viver a solidariedade social.

A fenomenologia carrega em sua raiz etimológica os significados de iluminar e favorecer o aclaramento do que está encoberto. Em nosso objeto, o direito a ser quem se é na plenitude do exercício das escolhas e da participação democrática.

REFERÊNCIAS

BARROS, Kazue Saito Monteiro de. Réplica 1 - o que é um ensaio? **Revista de Administração Contemporânea** [online], v. 15, n. 2, p. 333-337, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200011>. Acesso em: 12 mar. 22.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação- PNE e dá outras providências, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.html. Acesso em: 12 mar. 22.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Versão Final. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wpcontent/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_1105_18_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 12 mar. 22.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BORGES, Magda Maria. **A psicologia brasileira na regulação da sexualidade**: considerações sobre sua inserção no contexto da educação sexual. 2019. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Goiás,

Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Goiânia. 2019.

CHIDIAC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leonardo Casto. Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, 471-478, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300009>. Acesso em: 12 mar. 22.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Profissionais da Psicologia terão nome social destacado na identidade**. 2017. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/destaque-nome-social-identidade/>. Acesso em: 03 fev. 21.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Despatologização das identidades trans**. 2018. Disponível em: <https://despatologizacao.cfp.org.br/profissionais-da-psicologia-terao-nome-social-destacado-na-identidade/>. Acesso em: 03 fev. 21.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **No Dia da Visibilidade Trans, CFP publica Resolução CFP 01/2018**. 2018. Disponível em: <https://despatologizacao.cfp.org.br/no-dia-da-visibilidade-trans-cfp-publica-resolucao-cfp-01-2018/>. Acesso em: 11 mar. 22.

CURADO, Jacy Correa; JACÓ-VILELA, Ana Maria. Estudos de Gênero na Psicologia (1980-2016): Aproximações e Distanciamentos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. 1-16, e219132, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219132>. Acesso em: 11 mar. 22.

D'ACRI, Gladys; LIMA, Patrícia; ORGLER, Sheila. (Org.). **Dicionário de Gestalt-terapia: "Gestaltês"**. São Paulo: Summus Editorial, 2007.

DEEZER. **Gloria Groove**: os hits e a história da diva do pop. 2021. Disponível em: <https://www.deezer-blog.com/br/gloria-groove/>. Acesso em: 11 mar. 22.

EDITORES DA ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Liniker**. 2021. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa640291/liniker>. Acesso em: 11 mar. 22.

GALINDO, Dolores. “Quem se importa com experimentos?” Ontologias variáveis, inquietações queer. *In*: TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; PERES, Willian Siqueira; RONDINI, Carina Alexandre; SOUZA, Leonardo Lemos de. (Org.). **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 43-54.

GALINDO, Dolores Cristina Gomes; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Piratarías de gênero: experimentos estéticos queer-copyleft. **Psico**, Porto Alegre, v. 41, n 2, p. 239-245, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 2 v.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 8.ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

JAYME, Juliana Gonzaga. Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: pensando a construção de gêneros e identidades na sociedade contemporânea. *In*: XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. **Anais [...]**. Salvador, 2002.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Crianças Trans: Memórias e Desafios Teóricos. Conference. *In*: III SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO

SEXUALIDADES. **Anais** [...]. Salvador, 2013. 1 v.
DOI:10.13140/RG.2.1.4326.8888.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Género sin esencialismo: feminismo transgénero como crítica del sexo. **Universitas Humanística**, v. 78, n. 78, 2014. Disponível em:

<https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/univhumanistica/article/view/6410>.

Acesso em: Acesso em: 11 mar. 22.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanira Corpes (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

LOPES, Mirella de Almeida Nogueira. DRAG QUEENS – A mimetização do feminino sob o olhar de identidades e representações. *In*: VIII ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO – COMUNICON. **Anais [...]**. 2021

MONTE, Sheila da Silva. A identidade do sujeito na pós-modernidade: algumas reflexões. **Rev. Fórum Identidades**, v. 12, n. 12, jul.-dez. 2012.

PEREIRA, Diogo Fagundes; GONCALVES, Cidiane Vaz; SILVA, Cristiane Moreira da; ECKHARDT, Fabiana. O pensamento decolonial na psicologia brasileira. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, v. 14, n. 32, p. 181-193, 2022.

PEREIRA, Mara Dantas; PEREIRA, Míria Dantas; FELDENS, Dinamara Garcia. Questões de gênero e sexualidade em sua dimensão pragmática com a

educação na contemporaneidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 9, n. 2, p. 6-16, 2021.

PERES, William Siqueira. Psicologia e Políticas Queer. *In*: TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; PERES, Willian Siqueira; RONDINI, Carina Alexandre; SOUZA, Leonardo Lemos de. (Org.). *Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea*. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 55-63.

PERLS, Frederick; HEFFERLINE, Ralph; GOODMAN, Paul. **Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 1997.

PIMENTEL, Adelma do Socorro Gonçalves. Configuração da Violência Psicológica Intrafamiliar em Belém do Pará. *In*: VIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. **Anais [...]**. Florianópolis, 2008.

PIMENTEL, Adelma do Socorro Gonçalves. Interrogar Masculinidades em Belém do Pará. **Contextos Clínicos**, v. 4, p. 1-10, 2011.

PIMENTEL, A do Socorro Gonçalves; Castro, Ewerton Helder Bentes de.; MIRANDA, Davi Miranda. Compreensão fenomenológica existencial da identidade de homens trans. **Estudos contemporâneos da subjetividade**, v. 8, n. 2, p. 228-239, 2018. RICOEUR, Paul. **Si mesmo como o outro**. Campinas: Papirus, 1991.

RICOEUR, Paul. **Percorso do Reconhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOUZA, Andréa Santos. Parâmetro éticos em Paul Ricoeur. SP. Letras do pensamento, 2013

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva; PERES, Willian Siqueira; RONDINI, Carina Alexandre; SOUZA, Leonardo Lemos de. (Org.). **Queering**: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea. Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 43-54.

TOLENTINO, Rafael Xavier. Perspectivas da subjetivação da racionalidade neoliberal. **CS Online** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora, n. 25, p. 132-149, 2017.

VITTAR, Pablo. **Pablo Vittar**. s.d. Disponível em: <https://www.pablovittar.com.br/>. Acesso em: 11 mar. 22.

ZAMBRANO, Priscila Cristina. **Linguagem inclusiva em destaque**: pesquisa, análise e divulgação dos xis da questão. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2022.